

advocatus

www.advocatus.pt

O agregador da advocacia

Pares Advogados

Relação com os clientes está a mudar

Pág. 30



00018
5 6 0 1 0 7 3 2 1 0 2 5 6

06 Maria João Ricou, *managing partner* Cuatrecasas, Gonçalves Pereira Um deserto de grandes operações

“Não há grandes operações de fusões nem aquisições, não há entradas em bolsa, não há OPA nem OPV, na área da dívida o mercado também mexe muito pouco. Sem as privatizações, teríamos quase um deserto de grandes operações”: este é o retrato da conjuntura feito por Maria João Ricou, que desde Janeiro partilha com Diogo Perestrelo a direcção-geral da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira. Um novo modelo de gestão mas que se propõe dar continuidade ao projecto ibérico da sociedade, numa relação de diálogo com a casa-irmã em Madrid



22 A Geografia ao serviço do Direito

A Geojustiça, uma *spin-off* da Universidade do Minho, tira partido das ferramentas da informação geográfica para obter meios de prova objectivos, muitas vezes mais rigorosos do que os testemunhais. Sobretudo na resolução de litígios de direitos reais e de Direito Administrativo. A geógrafa Carla Freitas, gerente da empresa, e os advogados Cláudio Pisco e Miguel Fernandes Freitas, que a ela recorreram, mostram como a Geografia é útil à Justiça, diminuindo o tempo e o custo das acções e aumentando a segurança das decisões. E contribuindo para devolver parte da confiança perdida no sector



Hermínio Santos
jornalista
hs@briefing.pt

“Não vamos medir o nosso trabalho em função do tempo gasto com o telefonema, a deslocação, a leitura de uma sentença, a redacção de um contrato. Vamos apresentar um serviço feito ao cliente e em função disso é que vamos facturar”, dizem Luís de Gouveia Fernandes e Rita Maltez, dois dos cinco sócios que fundaram a Pares Advogados, uma nova sociedade que pretende fazer a diferença na relação com os clientes

Luís de Gouveia Fernandes e Rita Maltez, sócios da Pares Advogados

Direito à diferença



Ramon de Melo

Advocatus | Porque é que nasce a Pares Advogados?

Luís de Gouveia Fernandes | Nasceu da nossa identificação com uma maneira de trabalhar idêntica, diferente do local onde estávamos e com a qual não nos identificávamos. A partir daí, começámos a

trabalhar uma ideia que se concretizou agora com a constituição desta sociedade.

Advocatus | Quando decidiram tomar a decisão de avançar para a formação desta sociedade?

LGF | Nós fomos tomando a deci-

são e ela consolidou-se no primeiro trimestre de 2011.

Advocatus | Esta é a melhor altura para lançar uma sociedade de advogados?

LGF | Fazem-nos muitas vezes essa pergunta... Nós não estamos a

começar agora a nossa actividade e o que fazemos nesta sociedade é um pouco aquilo que já fazíamos. Estamos a construir um projecto novo com uma organização diferente, com objectivos e maneiras de trabalhar diferentes. A actividade já existia e ela vai continuar aqui feita de uma maneira diferente, por pessoas diferentes e organizadas de uma outra forma.

Advocatus | Quer dizer que, em termos de mercado, não há condicionalismos que, nesta altura, vos tirem o entusiasmo?

Rita Maltez | Se essa fosse a mentalidade parava tudo. Portanto, não é por haver uma situação de maior complexidade que se deve parar. No nosso caso, devido a esta identidade que verificámos existir entre todos nós à medida que fomos falando e percebendo que tínhamos uma perspectiva idêntica da organização e da forma de estar e de trabalhar, não poderíamos ficar limitados por circunstâncias exteriores. Certamente que há outras alturas melhores do que esta, mas, de certa forma, a situação também significa que temos de procurar novas soluções e respostas.

Advocatus | E como é que a Pares vai ser diferente das outras sociedades?

LGF | Partimos do princípio de que a relação dos advogados com os clientes está um pouco a mudar, naquele aspecto em que se baseava muito na taxaço horária, numa relação pouco directa com o cliente. Há um movimento internacional que está a mudar isso e encaramo-lo desde o princípio. A nossa vantagem é que estamos a formar uma sociedade a partir do zero na qual podemos incorporar esses novos conceitos.

Advocatus | Pode dar-me algum exemplo prático de como é que isso vai acontecer no dia-a-dia?

LGF | Não vamos medir o nosso trabalho em função do tempo gasto com o telefonema, a deslocação, a leitura de uma sentença, a redacção de um contrato. Vamos apresentar um serviço feito ao

“Partimos do princípio de que a relação dos advogados com os clientes está um pouco a mudar, naquele aspecto em que se baseava muito na taxaço horária, numa relação pouco directa com o cliente”

“Os nomes das sociedades de advogados são um tema que eu desconhecia que era tão complexo. O nome tem muito a ver também com este grupo de pessoas que fundou a sociedade, pois Pares são pessoas que são iguais umas às outras”

cliente e em função disso é que vamos facturar. Esse é o princípio estabelecido. É uma diferença, que já se faz sentir de há alguns para cá e está a ter um grande desenvolvimento. Seria mais difícil implementar esta solução numa sociedade que esteja a funcionar no sistema antigo.

RM | É uma característica que gostávamos que fosse distintiva. Há uma coisa que é importante: muitas vezes, o que se passa é que a própria cabeça está formatada para esse modo de funcionamento e o facto de sermos uma sociedade nova e a tentar começar de forma diferente é um terreno mais apropriado à introdução desta nova forma de trabalhar.

Advocatus | Como é que escolheram o nome Pares? Houve algum brainstorming?

RM | Os nomes das sociedades de advogados são um tema que eu desconhecia que era tão complexo. O nome tem muito a ver também com este grupo de pessoas que fundou a sociedade, pois Pares são pessoas que são iguais umas às outras. Nós não temos a presunção de estabelecer uma sensação de paridade, mas também achamos que faz algum sentido valorizarmos este sentido de colaboração. Fomos falando sobre isso e houve alturas em que já estávamos parados no nome. Decidimo-nos quando olhámos para o desenho do nome e gostámos. A parte gráfica ajudou muito, mas também seguimos a tendência de nomes cada mais curtos e serem mais marcas do que nomes de advogados.

Advocatus | Quais são as áreas em que a Pares se pretende especializar?

LGF | Temos aquelas áreas comuns a todas as sociedades: o *Corporate*, o Comercial, o Contencioso, o Direito Laboral. Depois temos algumas áreas mais especializadas e onde queremos apostar como a área do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Direito Administrativo.



“Nós não estamos a começar agora a nossa actividade e o que fazemos nesta sociedade é um pouco aquilo que já fazíamos”

>>>

Advocatus | Essas áreas surgem por alguma razão específica?

LGF | Surgem porque há competências específicas e porque consideramos que são áreas um pouco carenciadas de especialistas.

Advocatus | Também há uma área de Desporto. Corresponde a uma tendência?

LGF | É uma tendência, mas que também encontra aqui no escritório advogados que exercem essa actividade.

RM | É uma competência que o escritório tem, não só na área do futebol mas também no desporto em geral. Temos aqui pessoas com muita experiência prática, com conhecimento dos *players*, nos dois sentidos. De facto, é um Direito específico, que exige ter uma competência e o escritório tem-na e considerámos que valia a pena destacá-la e alargá-la. Há outra área que gostaríamos de destacar, que é a da Arbitragem, que, no fundo, tem a ver com o Contencioso e que o Luís tem trabalhado há muito tempo.

LGF | É uma área que está em franco desenvolvimento em Portugal até pelas circunstâncias determinadas pelo acordo com a *troika*, que tem como prazo definido o mês de Setembro para a produção de uma nova lei de arbitragem – que estava na Assembleia da República e que caducou com as eleições. Sabemos que já há um projecto novo que foi entregue pela Associação Portuguesa da Arbitragem à ministra da Justiça. Julgo que vamos ter uma nova lei de arbitragem no final de Setembro. Mas, para além da lei, o que interessa é saber como é que a actividade é exercida em si. Estamos ainda numa fase muito inicial da arbitragem e precisamos de fazer muita coisa. É preciso olhar para aquilo que se faz lá fora, pois não vale a pena estar a inventar um sistema novo quando a arbitragem já se faz de uma maneira muito profissional e eficaz em câmaras de comércio internacionais, não como alternativa ao sistema judicial – que nunca vai ser – mas como meio de resolução de litígios.

“Temos aquelas áreas comuns a todas as sociedades: Corporate, Comercial, Contencioso, Direito Laboral. Depois temos algumas áreas mais especializadas e onde queremos apostar, como a área do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Direito Administrativo”

“Há muitas coisas que têm de ser reorganizadas e pensadas na organização da máquina judicial. Não gostava que mexessem muito no notariado. Já mexeram duas ou três vezes e as coisas agora estão estáveis”

Advocatus | A sociedade está a iniciar a sua actividade mas certamente que tem em vista algumas actividades *pro bono*...

RM | Nós temos algumas colaborações que já vêm de trás com algumas entidades e instituições e a intenção é manter essas actividades. Mas gostava de referir – se calhar isto não é, porventura, politicamente correcto – que hoje em dia se fala muito no *pro bono* e se anuncia muito, mas isso são coisas que advêm naturalmente da nossa actividade. Às vezes, há pessoas ou instituições que temos de ajudar e com quem temos uma relação mais fácil. Eu diria que o *pro bono* é uma coisa que é natural e, na minha perspectiva, não deve ser uma coisa de bandeira. Hoje em dia, a responsabilidade social e o *pro bono* e a promoção andam demasiado juntas, na minha opinião. Sempre houve, só que não se falava tanto nisso. Toda a vida se fez, nós fazemos e temos essas colaborações com algumas instituições.

Advocatus | Os mercados lusófonos estão nos vossos horizontes?

LGF | Têm que estar. Temos uma ligação com Angola e conhecemos bem outros mercados onde queremos manter ligações, como Moçambique e Cabo Verde.

RM | Eu tenho trabalhado ao longo dos anos com Cabo Verde e temos relações muito próximas com advogados do país com quem trabalhamos. Há mais de dez anos que trabalho com Cabo Verde. Em Angola estamos neste momento a desenvolver trabalho. Em Moçambique, temos contactos e ligações e formas de colaboração. A sensação que tenho sobre esses mercados é que são difíceis por várias razões, mas a verdade é que, hoje em dia, Portugal também é um mercado ao contrário, porque há investidores no sentido inverso. Somos um mercado para eles.

Advocatus | Como é que se vão dar a conhecer ao mercado?

LGF | Temos um plano e um calendário que está a ser seguido.

OS PARES



João de Freitas e Costa

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1985, é o especialista nas áreas de Societário, Fusões e Aquisições, Bancário e Financeiro, Imobiliário, Notariado. Acompanhou e estruturou inúmeras operações de aquisição e reestruturação de empresas e grupos de empresas, bem como processos de constituição e acompanhamento da actividade de fundos de investimento imobiliário e de sociedades de gestão de fundos de investimento imobiliário.

Tem experiência nos mercados de Angola e Cabo Verde e a edição deste ano do Directório Chambers Global reconheceu-o com *regional expert*, realçando a sua experiência e conhecimento na área de societário, fusões e aquisições em Angola. Advogado e notário em Macau entre 1986 e 1992, foi sócio da Lusojurist Advogados e da Abreu Advogados

Vamos iniciar a nossa actividade de entrada no mercado a partir do mês de Setembro.

RM | Mas temos um *track record*, não chegámos agora. Somos um grupo de pessoas que já trabalha com clientela e com advogados conhecidos no mercado. Há a ideia de dar um pouco mais de notoriedade ao escritório quando acabar o período de férias.



João Malhadas Teixeira

Tem como principais áreas de actividade e experiência o Contencioso (Contencioso Civil), Direito Comercial (Societário, Fusões e Aquisições, Insolvência e Recuperação de Empresas), Direito Imobiliário, Direito do Trabalho, Direito do Desporto. Licenciado em Direito pela Universidade Internacional de Lisboa, em 1994, tem uma vasta experiência no contencioso civil e a sua actividade abrange também a assessoria jurídica a diversas entidades na área do desporto, em especial no domínio do futebol. É advogado desde 1996



Luís de Gouveia Fernandes

Com experiência no acompanhamento de investimentos em Moçambique, da sua actividade podem destacar-se as áreas de Societário, Fusões e Aquisições, Capital de Risco, Insolvência e Recuperação de Empresas, Arbitragem. Acompanhou e montou operações de aquisição e reestruturação de empresas, com especial incidência no sector agro-alimentar, constituiu e acompanhou a actividade de fundos de investimento mobiliário e imobiliário e de capital de risco e elaboração dos respectivos regulamentos de gestão, acordos parassociais e contratos utilizados nas aquisições e tem uma participação regular em arbitragens institucionalizadas, nacionais e internacionais. Licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, em 1983, é sócio do Club Español del Arbitraje e foi assessor jurídico da presidência da Câmara Municipal de Lisboa entre 1988 e 1990. Foi sócio das sociedades Abreu Advogados (2008-2011), Lusojurist Advogados (1992-2007) e M. Karim Vakili & Associados (1990-1992)



Rita Maltez

Tem como áreas de actividade o Societário, Fusões e Aquisições, *Corporate Governance*. Assessoria jurídica a empresas e pessoas singulares no âmbito do Direito Comercial, participação em fusões e aquisições em diversos sectores de actividade económica, nacional e internacional, constituição e reestruturação de empresas e de grupos empresariais, assessoria a conselhos de administração no âmbito das relações societárias e do governo das sociedades são algumas das rubricas que constam da sua experiência profissional. Possuidora de ampla experiência na assessoria jurídica a investimentos em Cabo Verde, é licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1988. Responsável pelo blogue "O Governo das Sociedades" e autora do livro "A Justiça Trocada por Miúdos", editado em 2010, foi sócia da Abreu Advogados, entre 2008 e 2011, e advogada associada na sociedade de advogados PLMJ - A.M.Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice & Associados (1991-2003). É docente da cadeira de *Corporate Governance* na Pós-Graduação de *Management Business Consulting* do IDEFE/ISEG desde 2009



Sofia Plácido de Abreu

Ordenamento do Território e Urbanismo, Contencioso Administrativo, Imobiliário e Contratação Pública são as suas áreas de actividade. Possui uma vasta experiência em processos de elaboração e concertação de planos municipais de ordenamento do território e na preparação e negociação de contratos urbanísticos com entidades administrativas. Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presta assessoria em processos de licenciamento de operações urbanísticas, com especial destaque em projectos turísticos. Foi consultora da Abreu Advogados (2009-2011) e prestou consultoria jurídica à Câmara Municipal de Rio Maior no âmbito do planeamento e gestão urbanística (2001-2008) e à Câmara Municipal de Lisboa no âmbito do Plano Director Municipal, dos planos de urbanização e de pormenor (1990-1994 e 1996)

Advocatus | Que diagnóstico é que fazem do sector da advocacia em Portugal em termos de sociedades?

LGF | Acho que estão numa fase de reavaliação. Não é um modelo estável.

RM | O fenómeno das sociedades de advogados é relativamente recente em Portugal. A tendência é para seguir o modelo já exis-

“Na sociedade portuguesa, estamos sempre a criar formas de mandar e determinar e definir que não são substanciais, são puramente formalismos que atribuem pequenos poderes por aqui e por ali”

tente e para crescer. O advogado, como um profissional liberal por natureza, é alguém que está habituado a trabalhar sozinho. Na condução do seu próprio negócio em termos individuais tem mais autonomia e liberdade do que numa sociedade de advogados. Há algum sacrifício nas sociedades, não no sentido penoso mas sim porque há partes da individualidade que necessariamente têm de ceder

perante o colectivo e isso, conjugado com alguma saturação que houve no mercado e alguma necessidade de reajustamento, tem provocado alguma movimentação nas sociedades advogados. A empresarialização da profissão obedece a critérios racionais de gestão e isso, às vezes, é difícil de conjugar com a matriz liberal dos advogados – liberal no sentido do independente, que gere o seu próprio negócio e tem a

>>>



“O fenómeno das sociedades de advogados é relativamente recente em Portugal. A tendência é para seguir o modelo já existente e para crescer”

>>> sua forma de ser. Pela parte que me toca, eu já sou super-reincidente em sociedades de advogados, acho que é a melhor forma de exercer a profissão e por isso aqui estou, mas reconheço que exige maturação. Foi um desafio que assumimos, juntar pessoas que têm uma forma de exercício da profissão diferente mas sem perder o espírito de ser advogado. Essa é uma das grandes linhas que nos une a todos.

Advocatus | Qual é a vossa opinião sobre a entrada de sociedades estrangeiras nas sociedades de advogados portuguesas? É natural que isso aconteça? LGF | É inevitável.

RM | Em todas essas situações, não só na nossa profissão mas também noutras, há sempre uma oportunidade e um desafio e há também uma possibilidade de aprendizagem. Há que olhar para o que nos podem trazer, ensinar e partilhar.

Advocatus | O que é que recomendariam ao novo governo na área da Justiça?

LGF | Há muitas coisas que têm de ser reorganizadas e pensadas na organização da máquina judicial. Não gostava que mexessem muito no notariado. Já mexeram duas ou três vezes e as coisas agora estão estáveis. O sistema está a funcionar e não há motivos para introduzir alterações nesta área.

RM | Embora não seja a área onde eu trabalhe, na parte judicial a mim preocupa-me existir uma conflitualidade mais do que latente entre diversas instituições e não ver nenhuma saída para isso. Continuamos a não simplificar, a tornar as coisas menos complexas. Quanto maior litígio houver e mais complexo for o processo e maior for a vontade de afirmação das corporações em causa, maior é a dificuldade de resolver os problemas. Portanto, simplificar muito o processo, porque a complexidade dá, às vezes, algum poder a quem administra o formalismo, mas isso não defende necessariamente as pessoas. Na sociedade portuguesa

“Faz-me imensa impressão o estágio de três anos que é imposto aos recém-licenciados em Direito. É uma violência e não há nenhum licenciado que necessite de três anos de estágio para começar a exercer uma profissão”

estamos sempre a criar formas de mandar, determinar e definir que não são substanciais, são puramente formalismos que atribuem pequenos poderes por aqui e por ali. No caso dos processos judiciais, isso são ratoeiras terríveis para toda a gente. Lembro-me que há uns anos não gostei nada de ouvir um colega meu dizer na televisão, num daqueles casos mediáticos, que iria usar todos os expedientes processuais ao seu dispor para defender o seu cliente. Acho que isto é a pior coisa que um advogado pode dizer. Os mecanismos processuais existem para nós assegurarmos que os direitos das pessoas são protegidos e garantidos e não para atrasar um processo.

Advocatus | O que é que diriam a um jovem recém-licenciado em Direito e que andasse agora à procura de emprego?

LGF | Faz-me imensa impressão o estágio de três anos que é imposto aos recém-licenciados em Direito. É uma violência e não há nenhum licenciado que necessite de três anos de estágio para começar a exercer uma profissão. Isso tem que ser alterado. Não é possível exigir a um jovem licenciado três anos de pós-licenciatura antes de começar a exercer a profissão. É prejudicial quer para os estagiários quer para os escritórios onde trabalham. Seis meses depois da licenciatura já sabem fazer aquilo que é suposto fazerem e depois vão evoluindo. Os três anos são um subterfúgio, um mecanismo para atrasar a entrada no mercado de trabalho.

RM | Para além deste aspecto, que é de facto terrível – estar três anos numa situação de indefinição sem saber se fica ou não numa sociedade de advogados – para um jovem licenciado há duas coisas que são importantes: trabalhar muito, porque é a melhor forma de aprender a ser advogado, e estudar. Com as licenciaturas mais curtas, a formação perdeu um bocadinho e, portanto, o estágio ganha aqui uma nova dimensão.

“Para um jovem licenciado há duas coisas que são importantes: trabalhar muito, porque é a melhor forma de aprender a ser advogado, e estudar”